



MINISTÉRIO DA FAZENDA

siconfi Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Matriz de Saldos Contábeis

Regras Gerais e Principais Observações

2017

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE
CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE
CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

GERENTE DE PROJETO DO NÚCLEO DE
CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

Leandro Moreira Souto

EQUIPE TÉCNICA

Aldemir Nunes da Cunha

Alison de Oliveira Barcelos

Derli Antunes Pinto

Fabírcia Padilha de Oliveira

Francisca Jacqueline Modesto de Araújo

Liana Rodrigues Garay

Paulo Henrique de Godoy Machado

Rafael Danilo de Sales Leal

Renato Perez Pucci

Informações – STN:

Fone: (61) 3412-4905

Correio Eletrônico: siconfi@tesouro.gov.br

cconf.df.stn@fazenda.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br

www.siconfi.tesouro.gov.br

Sumário

PREFÁCIO	4
O QUE É MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS?	4
FORMAS DE ENVIO	4
ESTRUTURA DA MSC	5
PROCESSO DE CONVERSÃO	9
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES	11

PREFÁCIO

O presente documento tem como objetivo trazer informações técnicas e de negócio a respeito da Matriz de Saldos Contábeis, ou comumente conhecida como MSC.

A MSC foi idealizada pela Secretaria do Tesouro Nacional como principal ferramenta no auxílio à melhoria da qualidade da informação no Setor Público Brasileiro. E essa busca incessante tem base na dificuldade de grande parte da população em obter informações financeiras consistentes e confiáveis a respeito dos entes da Federação.

O cenário atual obteve uma melhora significativa com a recepção das informações contábeis e fiscais por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, o Siconfi, que inovou na forma de obtenção, validação e disponibilização das informações ao público em geral. E o próximo passo do Siconfi é justamente a implantação da MSC, em 2017.

O QUE É MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS?

A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido, semelhante a um balancete de verificação.

Além disso, as informações enviadas na MSC passarão a ser comparáveis, já que se converterão em relatórios padronizados de acordo com a metodologia definida no Manual de Demonstrativos Fiscais e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

FORMAS DE ENVIO

A Matriz de Saldos Contábeis é baseada no padrão XBRL, acrônimo de eXtensible Business Reporting Language, que é um acordo de utilização da linguagem XML otimizada para representação de informações financeiras. Porém, sua utilização ainda é incipiente no Brasil, o que pode proporcionar dificuldades na geração da instância.

Com o objetivo de não tornar o XBRL empecilho para o envio tanto de informações sumarizadas quanto da MSC, o Siconfi disponibilizará duas formas de envio desses dados detalhados: arquivo em formato “.csv” e a própria instância XBRL Global Ledger, também conhecida como XBRL GL.

ESTRUTURA DA MSC

Para que a MSC seja capaz de gerar tanto os relatórios contábeis quanto os fiscais, algumas informações são necessárias:

- **Conta Contábil**

A conta contábil utilizada na MSC deve estar contida no PCASP Estendido, definido pela Secretaria do Tesouro Nacional no modelo de PCASP para Estados e Municípios, publicado no Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis nº 00 (IPC 00). Importante destacar que serão utilizadas na MSC apenas as contas de último nível de detalhamento do PCASP Estendido.

Caso exista alguma extensão que não esteja prevista no PCASP, o ente deverá fazer um “De-Para” no próprio Siconfi, utilizando a ferramenta “Mapear Contas”.

- **Informações Complementares**

As informações complementares, disponibilizadas no Anexo I, são necessárias somente quando a conta contábil não for suficiente para o preenchimento dos relatórios, principalmente os que envolvem informações fiscais.

Serão utilizadas, além das classificações padronizadas no âmbito da Federação, detalhamentos e classificações definidos especificamente para o Siconfi. Assim, será possível gerar grande parte dos relatórios e demonstrativos a partir da MSC.

As informações que possuem codificações distintas dentro da Federação deverão passar por um mapeamento utilizando a ferramenta de “De-Para” do Siconfi, da mesma forma como acontece com as contas contábeis. O rol de informações complementares são listadas a seguir.

- **Natureza da Receita (estendida):** classificação desenvolvida para o Siconfi a partir da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, acrescida de detalhamento já utilizado no SIOPE e no SIOPS, que possibilita o preenchimento dos respectivos demonstrativos fiscais. Será identificada com o código NR, com dez dígitos.
- **Natureza da Despesa (estendida):** classificação desenvolvida para o Siconfi a partir da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, acrescida de detalhamento utilizado no SIOPE e no SIOPS, que possibilita o preenchimento dos respectivos demonstrativos fiscais. Será identificada com o código ND, com dez dígitos.

- **Poder/Órgão:** classificação desenvolvida para o Siconfi, permitindo a identificação de Poderes e Órgãos relacionados no artigo 20 da LRF. Será codificada na Matriz como PO, composto de cinco dígitos: os dois primeiros responsáveis pela identificação do poder; e os três últimos responsáveis pela identificação do órgão;
- **Classificação Funcional da Despesa:** classificação que segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, conforme definido na Portaria MOG nº 42/1999. Será composta pela função, com dois dígitos, pela subfunção, com três dígitos e será identificada com o código FS. A classificação estendida será composta do desdobramento da subfunção, com três dígitos, utilizado no SIOPE e no SIOPS;
- **Fonte ou Destinação de Recursos:** classificação definida para identificação, pelo Siconfi, das informações necessárias à elaboração de alguns demonstrativos fiscais, como os relativos a Receitas e Despesas com Educação, Saúde e RPPS. Será identificado com o código FR, com quatro dígitos, divididos em dois blocos. O primeiro bloco, com um dígito, identifica se o recurso pertence ao exercício atual ou ao exercício anterior. O segundo bloco, com três dígitos, identifica a fonte ou destinação de recursos.
- **Atributo do Superávit Financeiro:** classificação criada para atender à Lei nº 4320/1964, permitindo a separação das contas do ativo e passivo em financeiro e permanente. Será identificada com o código FP, composto de um dígito, sendo 1- Financeiro e 2- Permanente;
- **Ano da Fonte ou Destinação de Recursos:** classificação complementar à fonte ou destinação de recursos, definida para identificação, pelo Siconfi, do exercício de ingresso do recurso. Será apresentada com o código AF, com quatro dígitos.
- **Despesas com MDE e ASPS:** classificação desenvolvida para o Siconfi e permite identificar as despesas que, de acordo com a legislação, são incluídas no cálculo do cumprimento dos limites de educação e de saúde. Será identificada com o código ES, composto de um dígito, sendo 0 – não compõe MDE ou ASPS, 1 – compõe MDE e 2 – compõe ASPS;
- **Dívida Consolidada – DC:** classificação criada para a identificação de parte do passivo originário de financiamento ou operação de crédito equiparada, contratada com prazo de amortização inferior a 12 meses, que conforme definido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, não integra a dívida consolidada. Será identificada com o código DC, com um dígito, sendo 0 – compõem a DC e 1 – não compõem a DC;

- **Ano de Inscrição de Restos a Pagar:** classificação definida para o Siconfi, com o objetivo de identificar o ano de inscrição dos restos a pagar. Será apresentada com o código AI, com quatro dígitos;
- **Identificação do Consórcio Público:** desenvolvida para o Siconfi, com o objetivo de possibilitar a apresentação da execução orçamentária realizada no consórcio público que será incluída nos demonstrativos fiscais dos entes consorciados. Será apresentada com o código IC, com dezessete dígitos, composta de CPNJ do consórcio, com quatorze dígitos, e da identificação do contrato de rateio, com três dígitos;
- **Identificação do Bimestre:** desenvolvida para o Siconfi, permite identificar a qual bimestre pertencem os registros contábeis referentes à parcela da execução orçamentária referente ao ente consorciado, executado no consórcio público, visto que esse registro poderá ocorrer no período posterior ao dos lançamentos. Será identificada com o código IB, composto de cinco dígitos, sendo o primeiro dígito responsável pela identificação do bimestre, de 1 a 6, e os últimos quatro dígitos, para a identificação do exercício.

- **Valor**

São os valores propriamente ditos dos saldos e movimentações das contas contábeis dentro de um determinado período. Importante ressaltar que os valores das movimentações devem ser informados sem separadores de milhares e utilizado como separador de decimais o ponto “.”. Assim, não deve ser utilizada a vírgula “,”.

- **Tipo de Valor**

Como a ideia da MSC é representar as informações detalhadas, as contas deverão representar a movimentação durante o período, semelhante ao que ocorre em um balancete de verificação. Assim, a coluna “Tipo_Valor” possui os seguintes valores possíveis:

- beginning_balance: representa o saldo inicial;
- period_change: representa a movimentação (a débito e a crédito) dentro do período;
- ending_balance: representa o saldo final;

Vale ressaltar que estes valores na verdade representam informações da própria taxonomia XBRL GL, definida pelo Consórcio Internacional XBRL.

- **Natureza do Valor**

A natureza do valor é característica importante para geração dos relatórios sumarizados. Isso porque utiliza como base para a geração as contas contábeis, que possuem os atributos débito e crédito. Por esse motivo, a coluna “Natureza_valor” possui dois valores possíveis: débito, representado pela letra “D”, e crédito, representado pela letra “C”.

CSV

O layout da MSC em formato “.csv” foi adaptado para melhor representar as informações com base no padrão XBRL GL. Abaixo, segue um modelo para melhor visualização:

CONTA	IC1	TIPO1	IC2	TIPO2	IC3	TIPO3	IC4	TIPO4	IC5	TIPO5	IC6	TIPO6	IC7	TIPO7	VALOR	TIPO_VALOR	NATUREZA_VALOR
111110602	10111	PO	1	FP											43080442.62	beginning_balance	D

A estrutura do layout traz algumas informações, como a “Conta”, “Valor”, “Tipo_Valor” e “Natureza_Valor”.

Importante ressaltar os conjuntos de informações complementares. Essas vão sempre aparecer em conjuntos de duas colunas: uma responsável por trazer a informação propriamente dita (ICx) e outro para trazer a identificação da informação (TIPOx).

No exemplo acima, a conta contábil está detalhada pelo “TIPO1” = PO (Poder/Órgão), “IC1” = 10111, e pelo “TIPO2” = FP (Financeiro/Permanente), “IC2” = 1. De acordo com as tabelas de informações complementares, esse registro diz respeito ao Poder Executivo Estadual e essa conta compõe o conjunto de ativos financeiros da instituição.

Outro fato importante é que as colunas não são fixas, ou seja, nada impede que a informação abaixo da coluna “IC1” e “TIPO1”, neste exemplo, seja diferente de “PO”, trazendo outro tipo de informação complementar. Isso ocorre porque podem existir diversas combinações de conta contábil e informações complementares.

Além disso, a estrutura do CSV deve conter, necessariamente, 7 (sete) conjuntos de informações complementares, ainda que não sejam todas utilizadas pelo ente. Isso acontece porque, em determinados relatórios, existem contas contábeis que necessitam ser detalhadas por 7 (sete) tipos diferentes de informações complementares, combinação essa que será disponibilizada por meio dos mapeamentos dos relatórios.

XBRL GL

A instância XBRL GL deve seguir a taxonomia criada e gerenciada pelo próprio Consórcio Internacional XBRL. Essa taxonomia é genérica e permite a representação de informações detalhadas, diferentemente da taxonomia XBRL FR, criada pela Secretaria do Tesouro Nacional especificamente para o Siconfi.

Por possuir diversos pontos técnicos, a instância XBRL GL terá um documento específico, trazendo informações mais detalhadas sobre sua estrutura.

PROCESSO DE CONVERSÃO

Como dito anteriormente, o principal objetivo da MSC é representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade dos entes que, por meio de um processo de conversão no Siconfi, será capaz de gerar os relatórios fiscais e contábeis exigidos principalmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, o processo de conversão utilizado no Siconfi possui as seguintes etapas:

1 – Carregamento do Plano de Contas utilizado pela instituição:

A base da MSC é o PCASP Estendido para Estados e Municípios. O PCASP Estendido é uma sugestão de detalhamento do PCASP Federação para uso dos Estados e Municípios. Porém, isso não impede que essa abertura seja diferente para cada Ente, ou até que seja desmembrado além do 7º nível.

Por outro lado, é de suma importância que as informações sejam padronizadas, principalmente as contas contábeis, sob pena de não ser possível a geração dos relatórios a partir dos mapeamentos.

Assim, o ente que possuir informações que não estão de acordo com as disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, poderão utilizar a ferramenta de “De-Para” do Siconfi, uma única vez no ano. Para que isso seja possível, deverão carregar no sistema o plano de contas da instituição.

Após o “De-Para”, o ente poderá atualizar periodicamente as contas contábeis que surgirem ou que sofrerem modificações no seu plano de contas.

O layout a ser carregado deve conter duas colunas detalhando o código e a descrição, nessa ordem. Vale ressaltar que o sistema não leva em consideração a utilização de pontos, sendo apenas formatação, e o formato do arquivo deve ser “.xls”.

2 – Carregamento das informações complementares utilizadas pela instituição:

Da mesma forma do plano de contas, o mesmo ocorre com as informações complementares. Os entes que possuírem detalhamentos distintos dos definidos pela STN, poderão utilizar a ferramenta de “De-Para” do Siconfi, sendo necessário o carregamento das informações complementares.

Após o “De-Para”, o ente poderá atualizar periodicamente as informações complementares que surgirem ou que sofrerem modificações.

O layout, assim como no caso do plano de contas, deve conter duas colunas, sendo que a primeira detalha o código e a segunda a descrição, necessariamente nessa ordem. O

formato do arquivo também deve ser “.xls” e o ponto utilizado apenas como formatação.

3 - Realização do “De-Para” pela instituição:

Tendo feito o carregamento do plano de contas e das informações complementares da instituição no Siconfi, o ente está apto a utilizar a ferramenta de “De-Para”. Vale ressaltar que, caso as informações do ente não sejam alteradas durante o período, o “De-Para” será feito apenas uma vez e somente para as informações que não estejam padronizadas.

Assim, tendo feito o “De-Para”, toda MSC que for carregada após esse processo será automaticamente convertida utilizando o mapeamento realizado pelo próprio ente. Importante destacar que os valores contidos antes do mapeamento estarão disponíveis para checagem na instância XBRL GL disponível para download na área restrita da instituição.

4 - Carregamento da MSC:

Esta etapa consiste no carregamento da MSC no Siconfi. A instituição deve atentar para o correto preenchimento dos filtros no Siconfi. A Matriz de Saldos Contábeis será mensal e, portanto, tal filtro deverá ser escolhido, bem como a qual mês as informações fazem referência.

O arquivo “.csv” deve ser compactado (zipado) para ser carregado no Siconfi.

É nessa etapa que o sistema fará a substituição automática das contas mapeadas pela instituição, quando da utilização do “De-Para”.

Caso a instituição carregue um arquivo “.csv”, o sistema o transformará em uma instância XBRL GL e, a partir daí, será disponibilizada para download pela instituição.

5 – Conversão da MSC:

A conversão da Matriz de Saldos Contábeis nos relatórios ocorrerá automaticamente, quando a última MSC de um determinado período for carregada no sistema. Por exemplo, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 1º bimestre é formado pelas informações dos meses de Janeiro e Fevereiro. Assim, quando a instituição carregar a última MSC referente a esse período, o Siconfi irá automaticamente converter as informações da Matriz no relatório.

Isso quer dizer que, embora a melhor prática seja o envio dos arquivos seguindo a lógica temporal, o sistema não impede que um ente carregue primeiro a MSC de fevereiro e depois a de janeiro.

O relatório convertido será disponibilizado em formato de rascunho na área restrita do ente. Com isso, o ente poderá, caso seja necessário, alterar ou incluir informações no relatório.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O envio da MSC será realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, utilizando informações **agregadas e não consolidadas**. Por esse motivo, os demais poderes e órgãos deverão ser evidenciados na MSC utilizando a informação complementar “Poder e Órgão”.
- O arquivo “.csv” deve ser compactado (zipado) para ser carregado no Siconfi.
- O layout da MSC deverá ser respeitado, inclusive em relação à quantidade e ordem das colunas, quando do envio no formato “.csv”.
- No caso do formato “.csv”, atentar quando abrir as informações em editor de planilhas. Para as informações complementares que possuírem como valor 0 (zero) à esquerda, categoriza-los como campo de texto.
- Na coluna de valor, não utilizar vírgulas como separador de decimais e sim ponto.
- Na coluna de valor, não utilizar separador de milhares bem como caracteres especiais.
- Os pontos podem ser utilizados apenas como formatação em editor de planilhas.
- Não é necessário o envio de contas contábeis que não tiveram movimentação (saldo inicial, movimento a crédito e débito, saldo final). Caso sejam enviadas, o preenchimento das colunas “Natureza_valor” e “Tipo_Valor” é obrigatório.